manchete

Público

21-07-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453
Temática: Economia
Dimensão: 2275 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 20

ECONOMIA
Tribunal de Contas fiscaliza mais ajustes directos sem concorrência

ECONOMIA

Tribunal de Contas fiscaliza mais ajustes directos sem concorrência

Do total de contratos que a entidade fiscaliza, um em cada cinco diz respeito a ajustes directos. Em ano de eleições estão a aumentar os ajustes directos que não consultam mais que uma empresa

Contratos públicos
Luísa Pinto

Um em cada cinco contratos que têm de ir obrigatoriamente ao Tribunal de Contas (TdC) refere-se a um ajuste directo. É possível chegar a esta conclusão olhando para os números de contratos que, pela força da lei, são obrigados a receber um visto prévio do Tribunal de Contas antes de poderem dar lugar a pagamentos – e, de acordo com a lei, tal é obrigatório sempre que uma entidade do Estado pretenda efectuar uma despesa superior a 350 mil euros. Mas a realidade deste controlo está a mudar em ano de eleições autárquicas

De acordo com os dados recolhidos junto do Tribunal de Contas, dos 11.397 contratos que foram alvo de fiscalização prévia pelo TdC entre o dia 1 de Janeiro de 2012 e o dia 31 de Dezembro de 2016, 2283 referiam-se a contratos por ajustes directo, o que representa cerca de 20% das intenções de contratação.

A pedido do PÚBLICO, o Tribunal de Contas sistematizou o número de contratos feitos por ajuste directo, somando as duas tipologias que estão previstas na lei, isto é, os que foram feitos com consulta a mais do que uma entidade (e, por isso, indiciam uma maior prática concorrencial) e os que foram feitos sem consulta a outras entidades. Olhando para os números, percebe-se que a tendência deixou de ser contratar por ajuste directo com recurso a consulta (em 2012 foram 239 contratos, contra os 126 ajustes directos sem consulta a mais do que uma entidade), para uma realidade inversa em 2017: até à passada semana, e com pouco mais de meio ano de contratação, o número de ajustes directos com consulta a mais do que uma entidade foi de 161, sendo que o número de contratos de ajuste directo que não tiveram consulta já se contabilizavam em 286.

Esta tendência era já bem visível em 2015 e em 2016. Em 2015 foram lançados 210 contratos com consulta a mais do que uma entidade (e cuja soma atingia 217 milhões de euros), enquanto os que não foram sujeitos a consulta totalizaram 275 contratos e a soma de despesa que envolvia estava perto dos 750 milhões de euros. Em 2016 o número de ajustes directos sem consulta foi de 382 contratos, que envolviam 360 milhões, enquanto os que tiveram consulta a mais do que uma entidade foram bastantes menos (179), mas quase duplicaram a despesa envolvida: 780 milhões de euros.

Contratos que escapam

Apesar de toda esta estatística, a estes valores tem ainda que se somar todos aqueles contratos que escapam à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, porque se referem a valores inferiores a 350 mil euros. A lei prevê que o Tribunal de Contas não pode estar mais do que 30 dias sem se pronunciar sobre um pedido de fiscalização prévia – e antes de conceder ou recusar o visto, é natural que faça pedidos de esclarecimento: por exemplo, perceber quando não está bem fundamentado, ou quais são as razões que levaram à escolha do ajuste directo.

É esta troca de correspondência que justifica que, em 2016, o Tribunal de Contas tenha formulado 3771 pedidos de esclarecimento ou de envio de documentos em falta, no total de 2881 processos analisados e findos (e cuja soma implicava uma despesa de cerca de 4,6 mil milhões de euros).

E, se numa intervenção recente, proferida num seminário com o tema *O Tribunal de Contas, a Contratação Pública e a Fiscalização Prévia*, o presidente do tribunal, Vítor Caldeira, afirmou que actualmente apenas 1% dos processos analisados pela entidade são alvo de uma recusa de visto, também é verdade que alguns processos acabam por não regressar ao Tribunal de Contas depois do primeiro pedido de esclarecimento, confirmou o PÚBLICO junto do TC.

Os métodos de contornar a lei são conhecidos e alguns deles até foram identificados no relatório da auditoria que a Inspecção-Geral de Finanças fez aos ajustes directos realizados pela administração central do Estado: entre as irregularidades encontradas em 125 dos 169 processos de ajuste directo que analisou, a IGF apontou para o fraccionamento das necessidades ou para a selecção de fornecedores.

Há ainda outra forma de fazer passar os procedimentos da contratação pública por ajuste directo, mesmo aquelas que não estão sujeitas a fiscalização prévia, pelo crivo do Tribunal de Contas: através de auditorias e outras acções de controlo que fazem parte do plano de actividades da instituição.

Um dos últimos relatórios de auditoria que foram divulgados pelo Tribunal de Contas, e que se refere à "evolução dos acréscimos de custos nos contratos de empreitada, designadamente por força de adicionais", pode ser um bom exemplo dessa fiscalização concomitante.

Desde 3 de Setembro de 2006 que os actos e contratos adicionais a contratos de empreitada de obras públicas visados que titulem a execução de trabalhos a mais, ou de suprimento de erros e omissões, estão dispensados de fiscalização prévia do TdC, sendo objecto de fiscalização sucessiva. E o citado relatório dá conta da auditoria feita à evolução dos acréscimos de custos nos contratos de empreitada de obras públicas, resultantes de contratos adicionais,

Contratos por ajustes directos fiscalizados pelo Tribunal de Contas

Soma de valor dos contratos - Milhões de euros

Fonte: Tribunal de Contas PÚBLICO

manchete

Público

21-07-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Economia
Dimensão: 2275 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 20

Vítor Caldeira está à frente do Tribunal de Contas desde Outubro do ano passado, substituindo Guilherme d'Oliveira Martins

ENRIC VIVES-RUBIO

Albergaria-a-Velha: o pão que o ajuste directo amassou

comunicados ao Tribunal de Contas, durante o ano de 2016.

O Tribunal de Contas visou 700 contratos de empreitada de obras públicas (em sede de fiscalização prévia), dos quais 184 sofreram 359 alterações (contratos adicionais) em 2016. O maior número de obras alteradas pertence à administração local, mas o maior volume financeiro de alterações encontrava-se no sector empresarial do Estado.

Quando o Conselho para a Prevenção da Corrupção, que funciona junto do Tribunal de Contas, emitiu uma recomendação para a Prevenção de Riscos na Contratação Pública – em Janeiro de 2015 – inscreveu a necessidade de reduzir "o recurso ao ajuste directo", devendo este, quando observado, "ser objecto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais do que um concorrente".

luisa.pinto@publico.pt

O tema da contratação pública e a forma como são feitos ajustes directos para a aquisição de bens e serviços e realização de empreitadas é assunto comum na mesa dos reguladores. Mas, como confirmou o PÚBLICO junto de fonte autorizada do Tribunal de Contas e do Conselho para a Prevenção da Corrupção, é nos anos de eleições que surgem mais casos, e mais denúncias.

No caso de Albergaria-a-Velha, onde a oposição está a cargo de três vereadores eleitos pelo PSD, perguntas relacionadas com ajustes directos têm vindo a ser tema recorrente nas reuniões da assembleia municipal. Um dos casos apontados é o evento Festival do Pão de Portugal, que tem vindo a ser organizado desde 2014, e que foi lançado pela QI – Porto de Ideias, a mesma empresa que fez a campanha eleitoral do actual presidente da câmara, eleito pelo CDS.

A empresa foi contratada para fazer a "organização geral e plano de comunicação do evento Festival Pão de Portugal", através de um procedimento por ajuste directo de 40,5 mil euros. No ano seguinte o festival voltou a ser entregue à mesma empresa, com a mesma fundamentação de "ausência de meios próprios", por 36,5 mil euros – mas desta vez foram convidadas outras empresas a apresentar propostas.

Carlos Furtado, responsável da QI, esclareceu que foi o município quem os desafiou a organizar "um evento que potenciasse a região", e que, não sendo o *core business* da empresa, esta tem mais exemplos de eventos deste tipo no seu portefólio. "Temos vindo a crescer nesta actividade organizando, por exemplo, para o Turismo do Alentejo, o Gastronomias Atlânticas, que decorreu em Sines, ou, mais recentemente, o 1.º Festival do Arroz-Carolino, para o município de Benavente", desvalorizou o empresário.

Mas foi também a realização deste mesmo Festival do Pão que justificou a entrega, por ajuste directo, de algumas obras de requalificação na Quinta do Torreão. Recorda Licínio Pereira, vereador do PSD, que a câmara municipal lançou um ajuste directo (sem que tenha ido a reunião de câmara qualquer projecto) à empresa Majober por 125.907,78 euros, para a primeira fase de requalificação da quinta, e que quem acabou a fazer a obra foi outra empresa, a SCARP, a quem a autarquia fez outro ajuste directo de 57.867,00 euros, e que, acusa a oposição, mais não foi do que um complemento ao ajuste directo anterior. "Depois houve outro ajuste directo, outra vez à SCARP, por 99.805,35 euros, numa intervenção que vai continuar, a este ritmo, por mais alguns ajustes directos", critica o vereador.

ADRIANO MIRANDA

Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha organiza festival de pão

> **Com um custo de menos de metade do dos eventos gastronómicos de todos os concelhos, conseguiu-se tornar Albergaria-a-Velha na 'Capital do Pão de Portugal'**
>
> **António Loureiro**
> Presidente da Câmara

Em respostas enviadas ao PÚBLICO, o presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha, o centrista António Loureiro, disse que nunca o município havia sido advertido pelos reguladores e fiscalizadores por causa do recurso à figura procedimental do ajuste directo, nem nunca viu nenhum contrato anulado por causa disso. Admitiu que a ideia de organizar um festival do pão foi do município e que poderia ter lançado um concurso público para encontrar o organizador, mas, recorda, o Código dos Contratos Públicos não obriga a tal nos contratos até ao valor de 75 mil euros e também "porque num evento deste género são feitos diversos ajustes directos relativos aos mais diversos serviços". Todos os municípios que conhecemos trabalham desta forma na organização de eventos, refere António Loureiro.

A urgência das obras

Na leitura das actas referentes às reuniões de executivo e da assembleia municipal em que estas questões foram levantadas, pode perceber-se que foi a realização do Festival do Pão e a possibilidade de haver uma emissão televisiva em directo que "obrigou" a urgência de algumas obras de adaptação na Quinta do Torreão, onde ela se realiza.

No balanço que faz da iniciativa, António Loureiro recorda que este se tornou no principal evento do concelho, em diversos aspectos: desde o número de visitantes – que trouxe o aumento do volume de negócios da restauração e restante hotelaria –, passando pela exposição mediática do município em todo o tipo de imprensa ("lembrando que nas edições de 2015 e 2016 houve a transmissão em directo de um programa da RTP1 durante toda a tarde de sábado, dando disso *feedback* a comunidade emigrante espalhada pelo mundo, que nunca tal vira sobre o seu concelho", refere o autarca).

"Sintetizando, com um evento que apresenta um custo de menos de metade do de qualquer um dos eventos gastronómicos de todos os concelhos da região, conseguiu-se tornar Albergaria-a-Velha na 'Capital do Pão de Portugal', criando assim uma marca diferenciadora deste território, atraindo turistas, dinamizando a economia e 'limpando' a imagem do passado associada aos fogos florestais, à prostituição e a outros factores com carga negativa para um território que é cada vez mais atractivo devido à localização privilegiada, à oferta de emprego em virtude da sua zona industrial pujante, bem como à sua qualidade de vida", escreveu o presidente da câmara. **L.P.**